

Relatório Anual 2015

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Espumoso - Sicredi Espumoso RS



Diretoria Executiva de TI e Operações
Superintendência de Operações Administrativas
Gerência de Controladoria



RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao

Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Espumoso - Sicredi Espumoso RS
Espumoso – RS

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Espumoso - Sicredi Espumoso RS, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Cooperativa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Cooperativa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Espumoso - Sicredi Espumoso RS, em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Porto Alegre, 7 de março de 2016



Luciano Gomes dos Santos
Contador - CRC - RS 059.628/O-2
CNAI 3087

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos, bem como das atividades e ações desenvolvidas no exercício de 2015 na Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Espumoso - Sicredi Espumoso RS.

1. Situação Econômico-Financeira e Patrimonial

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Espumoso - Sicredi Espumoso RS encerrou o exercício de 2015 com ativos totais de R\$ 325.745 mil, aumento de 16,55% em relação ao mesmo período do exercício anterior, destacando-se:

I - Operações de Crédito

O saldo das operações de crédito totalizaram, em dezembro de 2015 R\$ 168.384 mil, com decréscimo de -0,30% em relação ao mesmo período de 2014.

A classificação da carteira por níveis de risco, que abrange além das operações mencionadas no parágrafo anterior, as operações relativas a outros créditos, seguindo os procedimentos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional. Em dezembro de 2015, as operações classificadas como "risco normal", que abrangem os níveis "A" até "C", somaram R\$ 133.179 mil, representando 77,77% do total da carteira. As operações classificadas como "risco 1", que incluem os níveis "D" a "G", totalizaram R\$ 31.199 mil, compondo 18,22% da carteira. O "risco 2", formado exclusivamente por operações de nível "H" e que exigem 100% da provisão, totalizou R\$ 6.873 mil ou 4,01% do total.

II - Recursos Captados e Administrados

Os recursos captados e administrados formados pelo total de depósitos, convênios, arrecadações e patrimônio líquido, totalizaram R\$ 232.140 mil em dezembro de 2015, com incremento de 24,51% em relação ao mesmo período de 2014.

O saldo de depósitos a prazo atingiu o valor de R\$ 126.103 mil, com crescimento de 25,41% em relação a dezembro de 2014. Os depósitos à vista tiveram uma variação de 16,47% em doze meses e alcançaram o valor de R\$ 23.041 mil.

III - Patrimônio Líquido

A Cooperativa registrou em dezembro de 2015 um patrimônio líquido de R\$ 82.600 mil, tendo um aumento de 25,56% em relação ao mesmo período do ano anterior.

2. Controles Internos e Compliance

O Sicredi está continuamente aprimorando o seu sistema de controles internos, face a complexidade dos serviços e produtos ofertados e a crescente demanda por parte dos associados. Com a implantação de políticas, procedimentos, normas e ferramentas de monitoramento, a Instituição busca assegurar a conformidade com leis e regulamentos, prevenir e reduzir riscos inerentes as atividades exercidas no seu campo de atuação.

A política de controles internos estabelece diretrizes que procuram reforçar, periodicamente, o alinhamento do sistema de controles internos com os objetivos fixados pela Instituição relacionados as estratégias globais do negócio e as demais políticas institucionais. Da mesma forma, as atividades de controles são avaliadas sistematicamente assegurando a observância quanto às regulamentações emitidas pelas autoridades fiscalizadoras.

3. Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo - PLD/CFT

O Sicredi adota processos e sistemas específicos de prevenção, com a finalidade de assegurar que suas atividades sejam conduzidas em ambiente de controles adequados à prevenção de riscos relacionados aos crimes de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo.

Atentos à legislação e às normas dos órgãos reguladores, buscamos constantemente adequar-nos aos novos procedimentos exigidos, especialmente em atendimento à Circular nº 3.461/09 e Cartas-Circulares nº 3.409/09, nº 3.430/10 e nº 3.542/12 do Banco Central do Brasil.

Nesse contexto, a instituição mantém investimentos em treinamentos contínuos para todos os colaboradores a fim de reforçar as melhores práticas de controles internos.

4. Gerenciamento de Riscos

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O processo de gerenciamento do risco operacional no Sicredi é um conjunto de ações que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição individualmente, o conglomerado, bem como as demais empresas – não financeiras, estão expostas. Os processos adotados podem ser resumidos em:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

O estabelecimento e disseminação das diretrizes, ferramentas e metodologias relativas ao risco operacional para todo Sistema está centralizada na Superintendência de Riscos e Economia do Banco Cooperativo Sicredi, subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia. No que tange a responsabilidade pelo gerenciamento da disciplina, a estrutura é descentralizada, ou seja, cada entidade do Sistema deve indicar um diretor responsável perante o Banco Central.

II - Risco de Mercado

A gestão dos riscos de mercado consiste no processo de identificação, avaliação, monitoramento e controle, conduzidos através da adoção de limites consistentes com as estratégias de negócios, de políticas e processos de gestão e de metodologias voltadas a sua administração e à alocação de capital econômico compatível.

A atividade de gerenciamento dos riscos de mercado é regulamentada pela Resolução CMN nº 3.464/07. A estrutura sistêmica responsável por este gerenciamento é a área de Análise Econômica e Riscos de Mercado do Banco Cooperativo Sicredi S.A., subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Economia e Riscos da mesma instituição. A referida área elabora as políticas e diretrizes aplicadas a todas as entidades filiadas ao Sistema Sicredi - Centrais, Cooperativas singulares, empresas ligadas e Banco.

III - Risco de Liquidez

A noção de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis e financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Em atendimento à Resolução nº 4.090 do CMN, e à Circular nº 3.393 do Bacen, o Banco Cooperativo Sicredi possui estrutura de gerenciamento do Risco de Liquidez compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao Risco de Liquidez do Sistema.

O gerenciamento do Risco de Liquidez do Banco Cooperativo Sicredi está centralizado sob a responsabilidade da Gerência de Análise Econômica e Riscos de Mercado, subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Economia e Risco. O atendimento aos normativos e controle de liquidez é realizado através dos seguintes instrumentos e ferramentas que são reportados às demais áreas e entidades interessadas:

- Projeções de Liquidez (fluxo de caixa);
- Teste de Estresse;
- Limites de Liquidez;

IV - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

O gerenciamento do risco de crédito nas instituições financeiras é regulado pela Resolução CMN nº 3.721/09 e a estrutura estabelecida pelo Sicredi está em conformidade com o referido normativo.

V - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco operacional pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos".

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2015
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Espumoso - Sicredi Espumoso RS
CNPJ/MF nº 87.900.411/0001-11

ATIVO	31/12/2015	31/12/2014	PASSIVO	31/12/2015	31/12/2014
CIRCULANTE	285.751	235.314	CIRCULANTE	122.400	115.132
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	910	890	DEPÓSITOS (NOTA 10)	31.185	25.678
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	148.350	100.476	Depósitos à Vista	23.041	19.782
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	46	2	Depósitos a Prazo	8.144	5.896
Tesouro Nacional-Recursos Crédito Rural	754	1.806	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	74.000	73.867
Correspondentes no país	791	758	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	1	1
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	146.759	97.910	Repasse Interfinanceiros (NOTA 11)	73.999	73.866
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	131.426	129.758	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	396	326
Operações de Crédito	141.010	137.706	Recursos em Trânsito de Terceiros	396	326
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(9.584)	(7.948)	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 12)	5.503	4.965
OUTROS CRÉDITOS	4.908	4.154	Empréstimos País - Outras Instituições	5.503	4.965
Créditos por Avals e Fianças Honorados	18	-	OUTRAS OBRIGAÇÕES	11.316	10.296
Rendas a Receber	1.453	1.152	Cobrança e Arrecadação de Tributos	16	16
Créditos Específicos	328	290	Sociais e Estatutárias	2.178	1.895
Diversos (NOTA 07)	3.880	3.414	Fiscais e Previdenciárias	437	848
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(771)	(702)	Diversas (NOTA 13)	8.685	7.537
OUTROS VALORES E BENS	157	36			
Outros Valores e Bens	139	24			
Despesas Antecipadas (NOTA 08)	18	12			
NÃO CIRCULANTE	39.994	44.180	NÃO CIRCULANTE	120.745	98.578
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	23.510	28.373	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	120.745	98.578
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	720	-	DEPÓSITOS (NOTA 10)	117.959	94.658
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	720	-	Depósitos a Prazo	117.959	94.658
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	22.575	28.159	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	2.786	3.920
Operações de Crédito	27.374	31.180	Repasse Interfinanceiros (NOTA 11)	2.786	3.920
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(4.799)	(3.021)			
OUTROS CRÉDITOS	215	214			
Créditos por Avals e Fianças Honorados	214	214			
Diversos (NOTA 07)	1	-			
PERMANENTE	16.484	15.807	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	82.600	65.784
INVESTIMENTOS (NOTA 09a)	12.737	12.411	CAPITAL SOCIAL (NOTA 15)	34.823	28.800
Outros Investimentos	12.737	12.411	De Domiciliados no País	34.826	28.801
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 09b)	2.379	2.286	(Capital a Realizar)	(3)	(1)
Imóveis de Uso	1.410	1.410	RESERVAS DE SOBRAS	42.427	33.058
Outras Imobilizações de Uso	2.522	2.358	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	5.350	3.926
(Depreciação acumulada)	(1.753)	(1.482)			
INTANGÍVEL (NOTA 09b)	1.568	1.110			
Outros Ativos Intangíveis	2.624	1.928			
(Amortização acumulada)	(1.056)	(818)			
TOTAL DO ATIVO	325.745	279.494	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	325.745	279.494

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Espumoso - Sicredi Espumoso RS
CNPJ/MF nº 87.900.411/0001-11

Descrição das contas	Resolução CFC Nr.1.013/05			Resolução CFC Nr.1.013/05			Resolução CFC Nr.1.013/05		
	01/07/2015 a 31/12/2015			01/01/2015 a 31/12/2015			01/01/2014 a 31/12/2014		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	16.392	1	16.393	31.432	3	31.435	26.733	-	26.733
Operações de Crédito	16.371	1	16.372	31.300	3	31.303	26.718	-	26.718
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	11	-	11	11	-	11	-	-	-
Resultado das Aplicações Compulsórias	10	-	10	121	-	121	15	-	15
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(13.315)	(176)	(13.491)	(21.722)	(265)	(21.987)	(18.209)	(194)	(18.403)
Operações de Captação no Mercado	(7.242)	(7)	(7.249)	(12.567)	(12)	(12.579)	(9.215)	(5)	(9.220)
Operações de Empréstimos e Repasses	(2.203)	(169)	(2.372)	(4.096)	(253)	(4.349)	(3.495)	(189)	(3.684)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.870)	-	(3.870)	(5.059)	-	(5.059)	(5.499)	-	(5.499)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	3.077	(175)	2.902	9.710	(262)	9.448	8.524	(194)	8.330
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	4.039	2.003	6.042	5.121	2.952	8.073	1.931	2.075	4.006
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	1.401	1.559	2.960	2.737	2.965	5.702	2.709	2.535	5.244
Rendas de Tarifas Bancárias	656	-	656	1.344	-	1.344	1.220	-	1.220
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(4.670)	(336)	(5.006)	(8.839)	(517)	(9.356)	(7.625)	(406)	(8.031)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(2.095)	(256)	(2.351)	(3.888)	(456)	(4.344)	(3.314)	(481)	(3.795)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(3)	(68)	(71)	(5)	(131)	(136)	(17)	(113)	(130)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 17)	10.755	1.213	11.968	18.274	1.262	19.536	12.369	674	13.043
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 18)	(2.005)	(109)	(2.114)	(4.502)	(171)	(4.673)	(3.411)	(134)	(3.545)
RESULTADO OPERACIONAL	7.116	1.827	8.943	14.831	2.690	17.521	10.455	1.881	12.336
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(32)	(32)	(64)	(32)	(32)	(64)	38	-	38
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	7.084	1.795	8.879	14.799	2.658	17.457	10.493	1.881	12.374
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	-	-	-	(69)	(69)	-	(629)	(629)
Provisão para Imposto de Renda	-	-	-	-	(34)	(34)	-	(379)	(379)
Provisão para Contribuição Social	-	-	-	-	(35)	(35)	-	(250)	(250)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	7.084	1.795	8.879	14.799	2.589	17.388	10.493	1.252	11.745
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	2.589	(2.589)	-	1.016	(1.016)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	7.084	1.795	8.879	17.388	-	17.388	11.509	236	11.745
DESTINAÇÕES	-	-	-	(12.038)	-	(12.038)	(7.583)	(236)	(7.819)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(1.905)	-	(1.905)	-	-	-
Fates - Estatutário	-	-	-	(764)	-	(764)	(561)	-	(561)
Fates - Ato Não Cooperativo	-	-	-	-	-	-	-	(236)	(236)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(9.171)	-	(9.171)	(6.731)	-	(6.731)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(198)	-	(198)	(291)	-	(291)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	5.350	-	5.350	3.926	-	3.926

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Espumoso - Sicredi Espumoso RS

CNPJ/MF nº 87.900.411/0001-11

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2014	25.121	26.036	2.998	54.155
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	2.994	-	(2.994)	-
Outras destinações	-	-	(4)	(4)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	1.083	-	-	1.083
Baixas de capital	(398)	-	-	(398)
Resultado do período	-	-	11.745	11.745
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(561)	(561)
Destinação FATES - Ato não Cooperativo	-	-	(236)	(236)
Reserva Legal - Estatutária	-	6.731	(6.731)	-
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	291	(291)	-
Outros eventos	-	-	-	-
Saldos no fim do período em 31/12/2014	28.800	33.058	3.926	65.784
Mutações do Período	3.679	7.022	928	11.629
Saldos no início do período em 01/01/2015	28.800	33.058	3.926	65.784
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	3.527	-	(3.919)	(392)
Outras destinações	-	-	(7)	(7)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	993	-	-	993
Baixas de capital	(388)	-	-	(388)
Resultado do período	-	-	17.388	17.388
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(764)	(764)
Reserva Legal - Estatutária	-	9.171	(9.171)	-
Juros sobre o Capital Próprio	1.891	-	(1.905)	(14)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	198	(198)	-
Outros eventos	-	-	-	-
Saldos no fim do período em 31/12/2015	34.823	42.427	5.350	82.600
Mutações do Período	6.023	9.369	1.424	16.816
Saldos no início do período em 01/07/2015	32.548	33.058	8.509	74.115
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	556	-	-	556
Baixas de capital	(172)	-	-	(172)
Resultado do período	-	-	8.879	8.879
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(764)	(764)
Reserva Legal - Estatutária	-	9.171	(9.171)	-
Juros sobre o Capital Próprio	1.891	-	(1.905)	(14)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	198	(198)	-
Outros eventos	-	-	-	-
Saldos no fim do período em 31/12/2015	34.823	42.427	5.350	82.600
Mutações do Período	2.275	9.369	(3.159)	8.485

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Espumoso - Sicredi Espumoso RS
CNPJ/MF nº 87.900.411/0001-11

	01/07/2015 a 31/12/2015	01/01/2015 a 31/12/2015	01/01/2014 a 31/12/2014
RESULTADO DO EXERCÍCIO	10.549	20.386	15.724
Resultado do exercício	8.879	17.388	11.745
AJUSTES AO RESULTADO DO EXERCÍCIO	1.670	2.998	3.979
(Reversão) Provisão para operações de crédito	2.579	3.414	4.118
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	15	69	41
Depreciação do imobilizado de uso	144	290	303
Amortização do intangível	142	237	219
Baixas do ativo permanente	-	2	-
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	15	14	240
Destinações ao FATES	(764)	(764)	(797)
Dividendos SicrediPar	(461)	(264)	(145)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	20.255	30.218	(15.847)
(Aumento) Redução em direitos junto a participantes de sistemas de liquidação	1.793	(44)	14
(Aumento) Redução em créditos vinculados	(466)	1.052	(1.806)
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	(259)	(33)	(106)
(Aumento) Redução em operações de crédito	(10.563)	502	(26.500)
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	7.471	(1.002)	6.392
(Aumento) Redução em outros créditos	(1)	(557)	(1.127)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	72	(122)	(4)
Aumento (Redução) em depósitos	19.797	28.807	3.904
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	238	70	2
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	232	539	1.533
Absorção de dispêndios pelo FATES	(264)	(494)	(422)
(Redução) Aumento em outras obrigações	2.205	1.500	2.273
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	30.804	50.604	(123)
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(720)	(720)	-
Aquisição de Investimentos	-	(326)	(2.229)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(127)	(185)	(187)
Aplicações no Intangível	(322)	(696)	(394)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(1.169)	(1.927)	(2.810)
Integralização de capital	556	993	1.083
Baixa de capital	(172)	(388)	(398)
Juros ao capital próprio	(14)	(14)	-
Distribuição de Sobras	-	(399)	(4)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	370	192	681
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	30.005	48.869	(2.252)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	117.664	98.800	101.052
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	147.669	147.669	98.800

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Espumoso - Sicredi Espumoso RS, é uma cooperativa de crédito singular, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Rio Grande do Sul e Santa Catarina - Central Sicredi Sul. Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 27/06/1981 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas e a do Sicredi. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança). Além disso, o uso de recursos dos Fundos implica na majoração dessas contribuições mensais.

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas, e estão sendo apresentadas, na forma da legislação societária e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, especificamente aquelas aplicadas às entidades cooperativas, as disposições das Leis nº 4.595/64 e nº 5.764/71, com alterações da Lei Complementar nº 130/09 e às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional – CMN, Banco Central do Brasil – Bacen, e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

O CPC, desde o ano de 2008, emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade. A Cooperativa aplicou os seguintes pronunciamentos, já recepcionados pelo Bacen: CPC 01 (Redução ao valor recuperável de ativos), CPC 03 (Demonstração dos fluxos de caixa), CPC 05 (Divulgação sobre partes relacionadas), CPC 23 (Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro), CPC 24 (Eventos subsequentes) e CPC 25 (Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes). Os demais pronunciamentos serão aplicáveis a partir de sua aprovação pelo órgão regulador.

A autorização para a conclusão destas demonstrações contábeis foi dada pela Diretoria em 29 de janeiro de 2016.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério “pro rata” dia e calculadas com base no modelo exponencial. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias "pro-rata" dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Permanente" item "b", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Permanente" item "b".

l) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

m) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado, os bens não de uso próprio e os outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

n) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

o) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base "pro-rata" dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

p) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

q) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.823/09 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

r) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

Caixa e equivalentes de caixa	31/12/2015	31/12/2014
Disponibilidades	910	890
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	146.759	97.910
Total	147.669	98.800

valores em milhares de Reais

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	720	720	-
Total das Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	720	720	-

valores em milhares de Reais

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	58.772	16.742	75.514	72.432
Financiamentos	4.760	5.792	10.552	12.443
Financiamentos rurais e agroindustriais	77.478	4.840	82.318	84.011
Carteira total	141.010	27.374	168.384	168.886

valores em milhares de Reais

b) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	31/12/2015			Total da Carteira	31/12/2014
		A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	1.709	12.759	29.574	18.660	62.702	60.097
Rural	545	15.390	61.543	4.840	82.318	84.011
Industrial	16	1.863	1.351	195	3.425	3.018
Comércio	46	6.287	6.741	2.279	15.353	16.235
Outros Serviços	23	1.190	1.973	1.400	4.586	5.525
Total	2.339	37.489	101.182	27.374	168.384	168.886

valores em milhares de Reais

c) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para operações de Crédito	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Nível A	0,50	42.500	18.580	213	93
Nível B	1,00	50.677	46.354	507	464
Nível C	3,00	40.002	77.666	1.200	2.330
Nível D	10,00	21.470	19.270	2.147	1.927
Nível E	30,00	6.605	3.393	1.982	1.018
Nível F	50,00	2.195	802	1.097	401
Nível G	70,00	929	560	650	392
Nível H	100,00	6.873	4.571	6.873	4.571
Total (i)		171.251	171.196	14.669	11.196

valores em milhares de Reais

Em abril/2015, implantou-se nova metodologia de classificação de risco de crédito no Sicredi, com o objetivo de reduzir processos operacionais, bem como auferir maior acurácia e eficiência no processo de provisão para devedores duvidosos. A nova metodologia é baseada em abordagem estatística, considerando testes e estudos quantitativos das perdas históricas da carteira de crédito, objetivando estabelecer o volume adequado de provisão para a perda esperada do portfólio.

De acordo com o CPC 23 apresentamos a mudança na estimativa contábil da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Espumoso - Sicredi Espumoso RS a qual registrou um aumento de provisão para operações de crédito de 9,58% em relação a metodologia anterior. A comparação com o exercício anterior encontra-se no quadro acima.

(i) Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honradas	18	214	232	214
Títulos e créditos a receber	2.634	1	2.635	2.096
Total	2.652	215	2.867	2.310

valores em milhares de Reais

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

Outros Créditos - Diversos	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Adiantamentos e antecipações salariais	52	-	52	26
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	730	-	730	773
Devedores por depósitos em garantia	1	-	1	1
Impostos e contribuições a compensar	105	-	105	7
Títulos e créditos a receber	2.634	1	2.635	2.096
Devedores diversos - País	358	-	358	511
Total	3.880	1	3.881	3.414

valores em milhares de Reais

(i) O saldo da conta de Adiantamentos para pagamentos de nossa conta refere-se a projetos em andamento.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

Bens não de uso próprio	31/12/2015	31/12/2014
Veículos e afins	-	13
Máquinas e equipamentos	135	-
Subtotal Bens não de uso próprio	135	13
Material em estoque	4	11
Despesas antecipadas	18	12
Total Outros Valores e Bens	157	36

valores em milhares de Reais

NOTA 09 – PERMANENTE

a) Investimentos

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2015	31/12/2014
Cooperativa Central Sicredi (i)	6.731	6.646
Sicredi Participações S.A. (i)	6.005	5.764
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores (i)	1	1
Total	12.737	12.411

valores em milhares de Reais

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central Sicredi	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Número de ações/quotas possuídas	1.947.853 ON	1.869.691 ON	1	1	6.730.504	6.645.828
	4.057.184 PN	3.894.345 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,75%	0,76%	0,72%	0,74%	1,97%	1,96%
Capital social	804.351	764.040	138	136	342.223	338.577
Patrimônio líquido	874.462	798.719	193.717	190.039	352.655	349.026
Lucro líquido do exercício	62.184	38.011	-	-	-	-
Valor do investimento	6.005	5.764	1	1	6.731	6.646

valores em milhares de Reais

b) Imobilizado de uso e intangível

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2015			31/12/2014	
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido	Líquido
Imobilizações em curso	-	15	-	15	-	-
Terrenos	-	25	-	25	-	24
Edificações	4%	1.384	- 249	1.135	-	1.191
Instalações	10%	447	- 172	275	-	307
Móveis e equipamentos de uso	10%	934	- 483	451	-	371
Sistema de comunicação	10%	41	- 34	7	-	10
Sistema de processamento de dados	20%	759	- 629	130	-	193
Sistema de segurança	10%	97	- 68	29	-	37
Sistema de transporte	20%	230	- 118	112	-	153
Imobilizado de Uso (i)	-	3.932	- 1.753	2.179	-	2.286
Intangível (ii)		2.624	- 1.056	1.568	-	1.110
Investimentos Confederação		2.624	- 1.056	1.568	-	1.110
Total		6.556	- 2.809	3.747	-	3.396

valores em milhares de Reais

(i) Tomando por base as determinações do pronunciamento técnico CPC 01, a entidade não identificou a necessidade de adequação do valor dos ativos contabilizados, uma vez que os bens registrados no imobilizado apresentam valor residual inferior aos praticados pelo mercado.

(ii) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 10 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	31/12/2015				31/12/2014	
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total	Total
Depósitos à vista	23.041	-	-	23.041	-	19.782
Depósitos a prazo	3.783	4.361	117.959	126.103	-	100.554
Total	26.824	4.361	117.959	149.144	-	120.336

valores em milhares de Reais

NOTA 11 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

Obrigações por repasses interfinanceiros	31/12/2015			31/12/2014	
	Circulante	Não Circulante	Total	Total	Total
Recursos do Crédito Rural	73.999	2.786	76.785	-	77.786
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	73.999	2.786	76.785	-	77.786
Total	73.999	2.786	76.785	-	77.786

valores em milhares de Reais

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de 1,5% a.a. até 8,75% a.a. com vencimento de 05/01/2016 até 15/06/2018.

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

Obrigações por empréstimos	31/12/2015			31/12/2014	
	Circulante	Não Circulante	Total	Total	Total
Empréstimos no país - outras instituições	5.503	-	5.503	-	4.965
Cooperativa Central Sicredi	5.503	-	5.503	-	4.965
Total	5.503	-	5.503	-	4.965

valores em milhares de Reais

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de 0,041571% a.m. com vencimento em 14/12/2016.

NOTA 13 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

Outras obrigações - diversas	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Cheques administrativos	-	-	-	155
Obrigações por convênios oficiais	2	-	2	1
Provisão para pagamentos a efetuar	2.156	-	2.156	1.961
Provisão para passivos contingentes (i)	2.851	-	2.851	2.963
Credores diversos - país (ii)	3.676	-	3.676	2.457
Total	8.685	-	8.685	7.537

valores em milhares de Reais

(i) A conta 'Provisão para passivos contingentes' recebe, além dos registros detalhados na nota explicativa seguinte (Passivos Contingentes), o registro das provisões sobre as Coobrigações da Cooperativa no valor de R\$ 2.585 mil.

As provisões sobre coobrigações assumidas pelas singulares na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco Cooperativo Sicredi S.A., estão registradas na rubrica 4.9.9.35.90-9 – Provisão para Passivos Contingentes - Outros Passivos, e foram constituídas com base nos mesmos critérios preconizados na Resolução 2682/99 do Conselho Monetário Nacional – CMN.

(ii) A conta Credores Diversos - país, está assim composta:

Credores Diversos - País	31/12/2015	31/12/2014
Pagamento cobertura Proagro	774	-
Valores custodiados vinculados a operação de crédito	155	309
Parcelado Lojista	1.215	933
Agenda cartão Visa a pagar	1.157	908
Contas a pagar - empresas do grupo	60	119
Contas a pagar - demais fornecedores	137	43
Outros	178	145
Total	3.676	2.457

valores em milhares de Reais

NOTA 14 – PASSIVOS CONTINGENTES

Esta Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2015	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2015
Trabalhista	5	20	-	25
Cível	247	-	6	241
Total	252	20	6	266

Natureza	Probabilidade de Perda	Valor estimado de perda	Valor Provisionado Saldo em 31/12/2015	Valor Provisionado Saldo em 31/12/2014
Trabalhista	Provável	25	25	5
Cível	Provável	241	241	247
Cível	Possível	198	-	-
Total		464	266	252

valores em milhares de Reais

Em janeiro de 2014 a alíquota da contribuição ao SAT foi alterada de 1% para 2% sobre a folha, visando atender ao disposto no Decreto nº 6.957/2009. Em abril de 2015 passou-se a recolher, para todas as entidades do Sicredi, a contribuição previdenciária relacionada ao IN CRA, que corresponde a 0,2% sobre a folha de acordo com a jurisprudência administrativa e judicial. Os valores devidos foram recolhidos em novembro, ademais, tais alterações não ocasionam impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

NOTA 15 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	31/12/2015	31/12/2014
Capital Social (valores em milhares de Reais)	34.823	28.800
Total de associados	16.172	15.495

b) Juros ao Capital

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Espumoso - Sicredi Espumoso RS, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 6% em Capital, no montante de R\$ 1.905 mil.

Calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC, neste exercício o seu pagamento foi considerado dedutível na apuração do imposto de renda e da contribuição social conforme prevê o parágrafo único, artigo 49, da Lei nº 4.506/1964 combinado com o artigo 348, II, do Decreto nº 3000 de 1999. Para tanto, a despesa financeira, passou a ser classificada como ato não cooperativo em 2014.

c) Destinações

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Espumoso - Sicredi Espumoso RS, destinou suas sobras conforme o estatuto, sendo que 60% foram destinados para Reserva Legal e 5% para FATES.

NOTA 16 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Instituições relacionadas

A entidade efetua transações com partes relacionadas, abaixo apresentamos as operações realizadas com as Centrais e Confederação:

	31/12/2015	31/12/2014
Ativo		
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 03e)	146.759	97.910
Rendas a receber	-	6
Diversos	793	791
Investimentos (Nota 09a)	6.731	6.646
Intangível (Nota 09b)	1.568	1.110
Passivo		
Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 12)	5.503	4.965
Provisões para pagamentos a efetuar	146	109
Credores Diversos	58	119
Receitas		
Outros ingressos e receitas operacionais	15.595	10.595
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	681	457
Outros Dispêndios e Desp. Administrativa	156	153
Outros Dispêndios Despesas Operacionais	2.278	1.899

valores em milhares de Reais

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração.

Não estão contempladas as informações de cônjuges e empresas ligadas das referidas partes relacionadas.

As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária. Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	31/12/2015	% em relação ao total	31/12/2014
Depósitos à vista	53	0,23%	65
Pessoas físicas	53		65
Depósitos a prazo	655	0,52%	631
Pessoas físicas - taxa pós-fixada	655		631
Operações de crédito	1.214	0,72%	2.010

valores em milhares de Reais

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	31/12/2015	31/12/2014
Pessoas chave da administração	1.016	1.246

valores em milhares de Reais

NOTA 17 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

Deste item na Demonstração de Sobras ou Perdas o valor de R\$ 14.914 mil (R\$ 10.138 mil em dezembro de 2014) refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central de Crédito do Rio Grande do Sul e Santa Catarina - Central Sicredi Sul.

NOTA 18 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Este item na Demonstração de Sobras ou Perdas apresenta os seguintes valores: R\$ 1.786 mil (R\$ 1.487 mil em dezembro de 2014) refere-se ao rateio das despesas da Confederação Sicredi; R\$ 198 mil (R\$ 207 mil em dezembro de 2014) refere-se ao valor de Contribuição à Sicredi Fundos Garantidores e R\$ 241 mil (R\$ 216 mil em dezembro de 2014) refere-se ao rateio das despesas da Cooperativa Central de Crédito do Rio Grande do Sul e Santa Catarina - Central Sicredi Sul.

NOTA 19 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

Coobrigações em garantias prestadas	31/12/2015	31/12/2014
Garantias prestadas em operações de associados	83.841	87.615
FINAME - Agrícola, Banco Sicredi, BRDE	38.594	43.019
Pronaf	40.336	39.359
Outros	4.911	5.237
Coobrigações em cessões de crédito	196	218
Total	84.037	87.833

valores em milhares de Reais

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes.

NOTA 20 – SEGUROS CONTRATADOS (NÃO AUDITADO)

Em 31 de dezembro de 2015, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

NOTA 21 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2015.

Carlos Augusto Dal Molin
Diretor Executivo
CPF: 432.675.300-59

Ramon Halberstadt
Diretor de Operações
CPF: 000.294.530-46

Rodrigo Luis Mancuso da Cruz
Contador
CRC: RS-071614/O-8
CPF: 961.880.300-72